

TRADUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO: PRODUÇÃO TEÓRICA E CONSTRUÇÃO DE CONSENSO A PARTIR DE TESES DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA/UFPA) - SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX AO TEMPO PRESENTE

Tayanná Santos de Jesus Sbrana¹

Resumo: Este trabalho analisa a construção de processos de desenvolvimento na Amazônia e as relações entre a produção científica paraense e a formulação de projetos desenvolvimentistas durante a segunda metade do século XX. Para tanto, buscamos compreender as interpenetrações relativas à Teoria Econômica, a Economia Política, a Sociologia do Desenvolvimento e a Teoria da História no que concerne à discussão a respeito do desenvolvimento e projetos desenvolvimentistas na Amazônia no século XX, observando a efetuação do que chamamos de consenso desenvolvimentista no Estado do Pará a partir de análise da produção acadêmica realizada no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse importante centro de pesquisas foi fundado em 1973, no contexto de ampliação das instituições voltadas para o planejamento e intervenção estatal, durante a Ditadura Militar, atuando como instituição irradiadora da ciência amazônica e, futuramente, como crítica ao regime, num processo complexo e contraditório. Na atualidade, o núcleo é uma das principais instituições de produção científica amazônica, contando com programas de pós-graduação em todos os níveis, bem como com uma grande internacionalização dos trabalhos. Nossa proposta consiste em perceber como alguns autores contemporâneos compreendem a efetivação de projetos desenvolvimentistas na Amazônia a partir de discussões teóricas efetuadas no seio do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA), buscando as relações destes debates com a implementação de projetos de desenvolvimento no Pará. Para tanto, observaremos teses defendidas desde 1994 – as primeiras, disponibilizadas no acervo do programa – até o momento atual, enfocando em duas, levando em consideração outras que serão citadas em relação a estas. Nossa metodologia consiste em análise do discurso a partir de autores como Pere Petit (2003; 2018) e Pierre Bourdieu (1976; 2004; 2011; 2014), com análise comparada das fontes, todas elas bibliográficas. Ressaltamos que nossa pesquisa situa-se no campo da Teoria da História, bem como no recorte espacial e teórico da História do Tempo Presente, com enfoque interdisciplinar a partir de referencial sociológico, geográfico e antropológico. Temos, como conceitos balizadores da pesquisa, desenvolvimento, ciência, região e território, além do já citado consenso. Com este trabalho, objetivamos ampliar os estudos a respeito do desenvolvimento no campo histórico, observando que, comumente, tais análises são realizadas na Sociologia e na Antropologia e que a Teoria da História fornece importantes ferramentas para uma compreensão acurada dos processos de desenvolvimento, bem como da crítica a estes. Em suma, a execução desta pesquisa também busca ampliar as análises a respeito da Amazônia e, localmente, do Pará, como lugares produtores de conhecimento científico e crítica aos processos de desenvolvimento que, historicamente, destinam-se a estes espaços considerados, pelo poder, como vazios de gentes e sentidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Amazônia; Consenso; Ciência

¹ Historiadora (UFMA), mestra em História Social (PPGHIS/UFMA), doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA), pesquisadora do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-CLACSO) e membra do Grupo de Pesquisas História do Tempo Presente. Esta pesquisa é financiada pela CAPES.

1. Introdução

Este trabalho trata de uma apresentação inicial de fontes referentes à nossa pesquisa de doutoramento, que objetiva compreender a construção de um *consenso desenvolvimentista* no Pará a partir da atuação de agentes acadêmicos na constituição de projetos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar brasileira (1964 a 1985).² Para alcançar esse objetivo, elencamos uma série de instituições cujos membros produziram diferentes materiais voltados para o fomento às políticas desenvolvimentistas no período. Neste artigo, escolhemos uma das instituições acadêmicas, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), cuja atuação remete à década de 1970 e prossegue até os dias atuais como centro de excelência em estudos do desenvolvimento na Amazônia e na América Latina.

O recorte temático aqui focado refere-se a produções de pesquisadores do NAEA, especificamente quatro trabalhos a respeito do desenvolvimento amazônico, dois escritos nos anos 1970 e dois nos anos 2000. São trabalhos que demarcam o início das atividades do NAEA, acompanhando as primeiras turmas do Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), e momentos mais recentes, com teses do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).³

Concentraremos no tema *desenvolvimento*, passando por *planejamento e políticas públicas*, o que nos permitirá um olhar inicial a respeito de parte da produção do Núcleo e das possibilidades que essas fontes trazem para compreender os possíveis condicionamentos que a produção acadêmica a respeito do desenvolvimento amazônico e paraense exerceu na construção de projetos e planos para a região. Muitos acadêmicos fizeram parte das equipes que construíram os textos de programas e projetos de desenvolvimento, atuando na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por exemplo, o que aponta para uma interpenetração entre Academia e Governo no campo do Estado – fenômeno que nos interessa para compreender de que maneira se constrói, ou se argumenta favoravelmente aos projetos de desenvolvimento, acionando uma definição específica de desenvolvimento como necessidade e ultrapassagem de um estágio societário arcaico para outro melhor, numa formação de consenso que atravessa o imaginário social de forma generalizada.⁴

O artigo, após esta introdução, segue com as partes: *Desenvolvimento e governos militares*, que apresenta considerações a respeito do planejamento do desenvolvimento

2 Pesquisa iniciada em 2019 e orientada pelo Prof. Dr. Pere Petit (PPHIST/UFPA).

3 Optamos por analisar duas teses e duas monografias de especialização por considerar que essas últimas são produções que contêm importantes análises a respeito de nossa temática. No decorrer do texto faremos a referência dos trabalhos.

4 Para uma discussão a este respeito, ver ESTEVA, Gustavo, *Desenvolvimento*, Em Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder, Trad. Vera Lúcia M. Joscellyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, Vozes, 2000.

nos três últimos governos militares, correspondentes ao período 1969 a 1985; *UFPA e NAEA*, que trata de especificidades da Universidade Federal do Pará e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; *Textos amazônicos*, na qual são analisadas as fontes escolhidas para este artigo. Por fim, temos as *Considerações Finais* e as *Referências*.

Desenvolvimento e governos militares

Pensar os caminhos do desenvolvimento tem sido tarefa antiga no campo científico brasileiro. Os modelos de desenvolvimento, empreendidos desde a década de 1950 no Brasil, partilham entre si uma busca pela realidade melhorada, tecnologicamente modificada e considerada superior, numa incessante vontade de transpor a realidade cruel do atraso e arcaísmos – dois signos que acompanham a história brasileira. No binômio atraso/progresso estão contidas as ideias-força que têm guiado a construção de sentido perpetrada por cientistas das humanidades.

Estudar as políticas econômicas ou políticas públicas é um caminho para entender essa compreensão a respeito do desenvolvimento, bem como o embate entre distintos projetos das variadas frações da classe dominante, conforme Sonia Mendonça.⁵ Este processo está em constante redefinição e o Estado, nesse sentido, deve ser pensado como uma relação social, “fruto do conflito e da permanente medição de forças entre os segmentos sociais organizados a partir da sociedade civil”.⁶ As políticas públicas, portanto, são fruto de um “movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura socioeconômica e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas”.⁷

O período 1964-1985 é denominado de distintas maneiras pela historiografia. Aqui adotamos a terminologia Ditadura Militar, pela ênfase nos elementos militares tanto na condução do Golpe de 1964, como na governança em todo o período. Contudo, apesar da dominância desse elemento, uma profusão de outros agentes compuseram os governos militares do período, como empresários, tecnocratas e religiosos,⁸ que não devem ser negligenciados nas análises.

O momento ao qual nos referimos para pensar os escritos que serão aqui analisados remete à década de 1970 e anos posteriores, portanto, aos governos E. G. Médici (1969 a 1974), Ernesto Geisel (1974 a 1979) e João Figueiredo (1979 a 1985). Conforme Horácio A. Sant’Ana Júnior, os governos militares elaboraram políticas de desenvolvimento a partir

5 MENDONÇA, Sonia Regina de, “Historiografia brasileira em questão: considerações sobre economia e política”, em *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, 2006. pp. 201-219.

6 *Ibidem*. p. 207.

7 *Ibidem*. p. 209.

8 Para uma discussão mais abrangente a respeito das definições para o período, ver MELO, Demian Bezerra de, “Ditadura ‘civil-militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”, em *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2012. pp. 39-53.

de um discurso justificador modernizante, caracterizado por “forte controle do Estado sobre a economia, num processo imposto, sem participação popular e excludente tanto em termos de classes e grupos sociais, quanto em termos regionais”.⁹ Esse processo desencadeou uma industrialização acelerada, que consolidou o parque industrial brasileiro e direcionou o país ao status de economia mundial elevada, contudo, “sem alterar, ou melhor, até mesmo aprofundando, as seculares desigualdades econômicas, sociais e regionais que caracterizam o país”, numa *integração subalterna ao desenvolvimento econômico brasileiro*.¹⁰

A fim de destinar um lugar para a Amazônia no desenvolvimento nacional, os governos militares implementaram medidas, como as obras de infraestrutura, o incentivo à migração de trabalhadores rurais para a região e os incentivos fiscais para instalação de grandes empreendimentos agropecuários, minerais, madeireiros e outros.¹¹ Tal processo ampliou a presença do Estado no território nacional de forma abrangente, bem como seu controle, condensando sua atuação nos chamados planos de desenvolvimento.

Pensando o início da Ditadura, Thomas Skidmore afirma que delineou-se uma continuidade das políticas de crescimento anteriores, no qual “o governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se ‘acima’ de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados”.¹² No período, o governo dividia-se em áreas como a militar, a econômica e a política. Nessa última, o poder foi consolidado a partir da alocação de tecnocratas em postos nos bancos, em empresas de serviços públicos e demais instituições do Estado, numa aliança militar-tecnocrática estratégica.

O primeiro documento referente ao planejamento brasileiro no período foram as Metas e Bases para a Ação, seguido do Plano de Integração Nacional (PIN), ambos de 1970. Aqui apresentou-se uma estratégia para solucionar “problemas antigos”, como o isolamento amazônico e as questões do Nordeste. Conforme Skidmore,

Os programas amazônicos eram ideais para a campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a ‘grandeza’ do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial. [...] O presidente e seus assessores podiam facilmente ignorar os agrônomos, os geógrafos e os antropólogos que conheciam as limitações da região para efeito de desenvolvimento.¹³

9 SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de, *Florestania: A saga acreana e o Governo da Floresta*, 2002. 273 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

10 *Ibidem*. p. 77.

11 *Idem*.

12 SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985*, São Paulo, Paz e Terra, 2000. p. 183.

13 *Ibidem*. p. 233.

Para Sonia Mendonça,¹⁴ com a crise de 1979, as contradições do período foram desnudadas e, posteriormente, definiu-se nova política econômica, encontrando nos grandes projetos um propulsor para sua continuidade. Dessa maneira, o Estado orientou sua política econômica para diminuir o déficit do balanço de pagamentos por meio da compressão das importações de bens de capital, reordenando as prioridades do desenvolvimento nacional através dos planos.

De forma geral, os objetivos eram manter as taxas de crescimento econômico no mesmo nível vigente até 1973, num controverso esforço de prolongar ou recuperar o milagre. Dependente dos êxitos econômicos, o regime autoritário dependia dos planos de desenvolvimento para a continuidade de sua legitimidade.¹⁵ Cabe aqui ressaltar que durante esse período, o enfoque da segurança era considerado indispensável para assegurar o desenvolvimento do país.

Este cenário nos acompanhará na análise das primeiras monografias de especialização defendidas no NAEA. As teses, por sua vez, adentram numa reflexão que remete ao período ditatorial e, de forma ampla, à análise do desenvolvimento não circunscrita à Ditadura Militar.

UFPA e NAEA

Desenvolvimento e Amazônia são palavras-chave na trajetória do Núcleo. Pensar e promover o desenvolvimento amazônico são tarefas presentes desde sua criação, o que nos servirá para compreendermos como o desenvolvimento é pensado a partir de uma instituição acadêmica paraense. Certamente, não devemos focar num pretenso elogio ao desenvolvimento, mas em seus amplos aspectos, inclusive as críticas promovidas por cientistas ligados ao núcleo. Contudo, a crítica ao desenvolvimento passa pela utilização de seus termos, portanto, ainda é incompleta. No horizonte de expectativa contemporâneo ainda não foram criadas as possibilidades de superação do desenvolvimento a partir de uma linguagem pós-desenvolvimentista. Criticar suas formas passa, necessariamente, pela utilização de seus termos e, desse modo, por sua afirmação.¹⁶

Os trabalhos aqui analisados são uma pequena, porém significativa, parte do aspecto geral da produção científica do NAEA. Nos limites do formato artigo, concentramos nosso texto em quatro trabalhos: duas monografias de especialização e duas teses de doutorado. Escritas com considerável distância temporal, demarcam a longevidade da produção do Núcleo, mas também apresentam temáticas que são estudadas continuamente mediante

14 MENDONÇA, Sonia Regina de, *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.

15 *Idem*.

16 A esse respeito, ver RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo, “Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de ‘modernidades’ alternativas”, Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 75, 2011. p. 149-193.

enfoques variados, numa tradição de estudos a respeito do desenvolvimento na Amazônia. Ao escolher esses trabalhos, nos ativemos a um tema que os alinhava: o planejamento do desenvolvimento, derivando questões como as instituições de financiamento, as concepções a respeito do planejamento do desenvolvimento ao longo do tempo e as formas de pensar a Amazônia e o desenvolvimento. Portanto, mesmo que escritos em momentos distintos, os trabalhos possuem aproximações.

As monografias de especialização, por estarem situadas na primeira metade do século XX, demonstram a duração das análises e condensam em seus textos uma série de interpretações que advém da construção desenvolvimentista e crítica ao desenvolvimento paraense, amazônica e brasileira, o que chamou nossa atenção e possibilitou a criação de vínculos com as teses de doutorado, bem como as diferenciações.

Conforme Rodrigo Patto de Sá Motta, “o Estado construído após o golpe de 1964 representou tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias”.¹⁷ Ocorreu, complexa e contraditoriamente, um processo de modernização em setores econômicos e administrativos voltados para a aceleração da industrialização do país e também melhorias na máquina estatal. Este processo é denominado pelo autor como *modernização conservadora* e consistiu, para as universidades e centros de pesquisa ligados a elas, em “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”,¹⁸ gerando resultados variados.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, fruto de um contexto específico de ampliação das instituições voltadas para o planejamento e intervenção estatal é parte desses resultados. Conforme o projeto modernizador do Estado autoritário de 1964, duas funções deveriam ser cumpridas: a formação de profissionais para as atividades econômicas e o desenvolvimento de novas tecnologias. Tal projeto combinava-se com o caráter repressivo da Ditadura, marcado por arranjos entre “repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação”,¹⁹ que precisam ser considerados.

No contexto amazônico da década de 1960, conforme Silvia Maria B. L. Moreira,²⁰ ocorreu uma ampliação e divisão do trabalho das atividades científicas e tecnológicas, com o direcionamento de recursos, criação de novas instituições e implementação de políticas públicas, condensadas no Programa Estratégico de Governo. Ressaltamos que desde o século XIX havia iniciativas científicas no espaço amazônico, tendo como maior expoente o

17 MOTTA, Rodrigo Patto de Sá, *As universidades e o Regime Militar*, 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 15.

18 Idem.

19 Ibidem, p. 18.

20 MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima, *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará*, Belém, NAEA, 2018.

Museu Emílio Goeldi, criado em 1866. No século XX, há a atuação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado em 1952. Ambos existem até hoje.

Algumas mudanças na política de fomento à pesquisa e à ciência foram importantes para a Amazônia, como a ampliação do número de instituições de pesquisa e ensino e a criação de novas universidades, que deveriam se voltar para a formação dos chamados recursos humanos qualificados a fim de atender às necessidades do processo de desenvolvimento amazônico.²¹

Na década de 1970 ocorreu uma expansão das atividades de pesquisa na Amazônia, ao mesmo tempo em que se ampliaram as insatisfações com o regime. Nesse contexto é criado o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, cuja concepção remete à Reforma Universitária de 1968, advinda de uma proposta inserida no documento *Esboço de concepção básica de uma universidade para a Amazônia*. A criação do NAEA foi efetuada em 1972, com atividades em curso e estatuto implantado, tendo como marco de início a realização do *I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM I), em fevereiro de 1973, o primeiro projeto de pós-graduação do núcleo, em nível de especialização.²²

Atualmente o NAEA atua a partir do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), nos níveis Doutorado e Mestrado; do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGGP), no nível Mestrado; e do Programa de Pós-graduação Lato Sensu (PPLS), no nível Especialização. De acordo com Armando Dias Mendes, um dos fundadores e primeiro coordenador geral e professor do Núcleo, “o objeto de reflexão do NAEA seria a Amazônia como um todo, em toda a sua multifacetada complexidade, não a sua geografia física ou a geografia humana e social – o complexo amazônico”.²³

Para ele, o NAEA de 1970 possuía a particularidade de concentrar “um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando à *amazonização da academia* em nossa região”,²⁴ o que foi modificado por ocasião da última reforma do ensino universitário da UFPA em 2006, na qual houve uma “*academicização da Amazônia*” abdicando-se “do modelo inovador para aderir ao modelo conservador do ente acadêmico predominante na maioria dos lugares”.²⁵ O professor, em sua crítica, afirmou que “não era proposta do NAEA, ao ser concebido e instituído, voltar-se para o entendimento e a transformação de nacos ou fatias da Amazônia, ao sabor dos parâmetros convencionais da investigação científica, mas sim voltar-se para a própria Amazônia como um todo”.²⁶

21 Idem.

22 Idem.

23 Ibidem, p. 227.

24 Ibidem, p. 235 – grifos da autora.

25 Idem.

26 Ibidem, p. 236.

Conforme Raymundo Maués, os pesquisadores do Núcleo “assessoravam órgãos de planejamento do Estado, desenvolviam trabalhos na SUDAM”.²⁷ Dessa forma, o NAEA “[...] ajudou a desenvolver de forma significativa a região Amazônica. Todos os planos de desenvolvimento da Amazônia, o NAEA era chamado para discutir na SUDAM e em outros órgãos. Isso foi um trabalho que se iniciou desde a gestão do professor Marcelino”.²⁸ Além disso, ainda conforme o referido professor, “[...] fazia parte da própria ideia da criação do NAEA que ele contribuísse para o desenvolvimento regional”,²⁹ sendo um órgão de integração.

As observações dos professores e pesquisadores até aqui esboçadas nos orientam para uma compreensão a respeito da produção do NAEA como inserida num contexto de busca pela implementação do desenvolvimento regional. Além deste conceito em específico, ao longo dos trabalhos analisados encontramos diferentes designações para a Amazônia, que relacionam-se com as maneiras de se compreender o desenvolvimento.

Textos amazônicos

A monografia de especialização *Modelos de Políticas para a Amazônia*, escrita em 1973,³⁰ concentra-se na apresentação e análise de uma série de políticas adotadas para o Brasil com reflexo na Amazônia, o que foi empreendido a partir de um levantamento de planos de desenvolvimento desde a formulação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. De natureza analítica e propositiva, o trabalho aponta o que consideram um modelo de políticas para a Amazônia, numa confirmação, para nós, da proposta do Núcleo como uma ação continuada a fim de prestar “à Amazônia serviços da mais alta relevância”.³¹

Esta busca por verificar consequências das políticas econômicas brasileiras na Amazônia também pode ser percebida em outros trabalhos, como a monografia de especialização *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*,³² o que contempla a narrativa de Armando D. Mendes, segundo o qual buscava-se, a partir do NAEA, entender a Amazônia de forma geral.

27 Ibidem, p. 244.

28 Ibidem, p. 245.

29 Ibidem, p. 247.

30 SILVA, Antonio Walmir Fiock da; SERRA, Augusto Bento; VASCONCELOS FILHO, Francisco M.; TEIXEIRA, Lindalva da Costa; CHAGAS, Paulo Roberto da Costa; MARIM, Rosa Elizabeth Acevedo. *Modelos de Políticas para a Amazônia*. 1973. 158 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1973.

31 Ibidem, p. V.

32 TAVARES, Aladyrce; MAIA, Clóvis; COLARES, Maria Norma; DÁVALOS, Francisco. *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*. 1974. 135 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.

Na primeira, alguns lugares-comuns sobre a região são acionados, como o argumento da carência de especialização dos trabalhadores e das instituições³³ e a abundância de recursos.³⁴ Porém, destacamos a presença de argumentos referentes ao que seria um estigma da falta, a saber, falta de pesquisa científica especializada e “racional”, bem como uma deficiência na atuação das instituições de promoção do desenvolvimento, como a SUDAM. Além disso, diagnosticavam a falta de um olhar advindo do governo central brasileiro para a realidade amazônica e suas especificidades. Estas carências resultariam numa série de problemas, como as inúmeras perdas de “oportunidades que [...] ensejariam diversificar a [...] economia, e cujo aproveitamento [...] teria, senão assegurado o desenvolvimento, pelo menos garantido uma situação econômica mais estável que aquela proporcionada pelo precário sistema escravista.”³⁵

A “[...] falta de estudos de base com alta consistência científica e específicos da região”³⁶ acompanha a escrita do texto, bem como a argumentação referente a uma necessidade de “racionalização” da política e da “mentalidade empresarial”, tomados como ponto central para a promoção do desenvolvimento regional, além de uma atuação contrária ao privilégio de grupos empresariais do centro-sul na efetivação de projetos de desenvolvimento na Amazônia, o que levaria a um escape de recursos para fora da região, persistindo, a partir disso, as disparidades do desenvolvimento. O desenvolvimento regional, entendido como “processo evolutivo”, necessitaria dessas transformações.

Exemplo do que seria uma construção de possibilidades para a formação de pessoal técnico com atuação satisfatória em prol do desenvolvimento está na narrativa referente ao que eles identificam como a institucionalização do planejamento no Brasil a partir de 1960, momento em que “bases orgânicas foram criadas e aperfeiçoando [sic] o pessoal técnico, o que possibilitou a adoção de medidas efetivas para dar embasamento à montagem de um sistema de planejamento nacional”.³⁷

A ação planejadora, por sua vez, necessitaria de transformações consideráveis nas formas de efetivação das políticas de desenvolvimento a partir do Estado. Embora apresentem argumentação favorável ao campo da política considerando-a como “uma variável de extrema relevância, que não pode e nem deve ser alijada do órgão de planejamento, sob o risco da falácia dos planos elaborados”³⁸, apontam falhas na atuação política de gestores governamentais. É interessante que em ambas as monografias a classe política e suas formas “atrasadas” são responsabilizadas por muitos males, surgindo a grande empresa como

33 “Insuficiente mão-de-obra necessária aos tratos culturais, [...] grande dispersão demográfica” (SILVA, Antonio Walmir Fiock da, et al., op. cit., p. 5).

34 “A disponibilidade, assim, dos recursos naturais, facilmente acessíveis ao elemento nativo, satisfazendo as suas limitadas necessidades, parece ter subtraído ao homem amazônico a oportunidade de um estímulo que justificasse uma tomada de posição capaz de levá-lo a outro meio de vida mais racional que o simples e primitivo sistema da coleta”. (Ibidem. p. 10)

35 Ibidem. p. 4.

36 Ibidem. p. 90.

37 Ibidem. p. 24.

38 Idem.

possibilidade de salvação, ainda que sejam apresentadas variadas críticas à abertura da Amazônia a empresários do centro-sul.³⁹

Em relação aos órgãos de planejamento e implementação do desenvolvimento na Amazônia, os autores criticam a atuação da extinta SPVEA, considerando-a despreparada para a ação planejadora, já que “pouco ou nada sabia das modernas técnicas de planificação, e nem havia um adequado quadro técnico para gerenciar as atividades do órgão”.⁴⁰ Também acrescentam que não houve participação popular na formulação das políticas de desenvolvimento e que apenas intelectuais e políticos expressivos da época estiveram inseridos na instituição. Além disso, as debilidades do órgão estariam, segundo os autores, na “ingerência política das representações estaduais presentes na composição do órgão [...], superior em número à representação técnica, o que constituía num evidente desequilíbrio em termos de planejamento”.⁴¹

Note-se, nesta narrativa, a presença do argumento referente à carência de especialização técnica dos executores do planejamento do desenvolvimento. Para os autores, durante a existência da SPVEA, “a sociedade amazônica não despertara, em sua totalidade, para a importância de um órgão planejador na área, nem para os novos horizontes que a sua implantação abrisse”,⁴² e a SUDAM, que sucedeu a SPVEA, possuía poder decisório inferior, conforme os autores. Isto trouxe

Grandes dificuldades à satisfatória atuação do órgão, em destaque a reconhecida insuficiência do elemento humano, sobretudo qualitativamente (escassez de técnicos, por exemplo), parece-nos que os aspectos anteriormente enfocados (fraco poder decisório e dependência de recursos) constituíram exatamente os maiores problemas enfrentados pelo órgão para uma atuação mais consentânea com os propósitos que inspiraram a sua criação.⁴³

Ao falar dos planos de desenvolvimento, os autores parecem assumir uma visão otimista acerca da SUDAM,⁴⁴ contudo, tecem críticas à incapacidade dos técnicos, apontando para uma “[...] necessidade de uma tomada de decisão efetiva e [...] bem coordenada, dirigida no sentido de criar no homem amazônico as condições indispensáveis a enfrentar as modificações sócio-econômicas [sic] que já se prenunciam, a partir do momento em que se tenta romper aquele isolamento”.⁴⁵ No trecho destacado, é perceptível o acionamento de alguns elementos de longa duração nas representações a respeito da Amazônia, dentre

39 TAVARES, Aladyrce, et al., op. cit.

40 SILVA, Antonio Walmir Fiock da, et al., op. cit., p. 34.

41 Idem.

42 Ibidem. p. 39.

43 Ibidem. p. 43.

44 “Parece-nos animador o comportamento do órgão” (Ibidem. p. 60); “revelação das reais potencialidades naturais da área, principal suporte do esperado desenvolvimento” (Ibidem. p. 60).

45 Ibidem. p. 66.

eles, o que seria uma entidade genérica denominada “homem amazônico”, que precisaria ser ensinado o ser desenvolvido.

A administração dos municípios aparece, no texto, como um dos mais graves problemas da região, necessitando de uma “orientação racional e efetiva”, para que fossem retiradas de si “uma série de deficiências e anomalias que, sem dúvida, constituem um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da Região como um todo”.⁴⁶ Mais uma vez o campo da política – e da coisa pública – é apresentado como defeituoso e entrave para o desenvolvimento.

Racionalizar os processos parece ser uma palavra mágica, condicionante do desenvolvimento regional. Procura-se “instrumentar a decisão, dando-lhe uma base racional”, e também “tornar o mais racional possível a posição do planejamento num modelo decisório que viesse ao encontro das aspirações da coletividade amazônica”.⁴⁷ Ao lado disso, o oposto da racionalização, como os problemas relativos às formas de conduzir as políticas de desenvolvimento numa opção pelo crescimento da economia regional dependente, os interesses de grupos privilegiados suplantando os demais, a desarmonia entre o desenvolvimento regional e o nacional:

A atuação política e a estrutura dos grupos do poder amazônico, parecem aceitar como alternativa viável ao desenvolvimento, uma estratégia via dependência. É admissível que forças econômicas possam reforçar com maior vigor essa tendência. [...] Sob uma ótica mais generalizada, o planejamento parece não harmonizar a elaboração e definição de um processo nacional, onde fique delineada uma estratégia de mudança na Região.⁴⁸

Além disso, o isolamento econômico e a marginalidade política dos agentes políticos regionais na cena nacional são apontados pelos autores como mecanismos de reforço da dependência, o que geraria uma distribuição desigual do crescimento da renda regional entre os estratos. Os autores, portanto, justificam o planejamento como forma de alcançar o desenvolvimento regional, tendo por função “introduzir a nível de experimentação, revisão e modificações, tentativas que acabarão por envolver transformações econômicas, sociais e políticas na medida em que a própria estrutura de poder condicione uma participação dos grupos sociais”.⁴⁹

Contudo, deveriam ser consideradas as condições históricas relevantes no Plano Regional, os interesses que dão sentido ao planejamento, além de observar valores, objetivos e ideologias que o orientam – e aqui temos um exemplo de como os pesquisadores buscavam adequar a efetivação de projetos de desenvolvimento para as especificidades amazônicas, a fim de mitigar os efeitos negativos das políticas públicas pensadas para a região a partir de interesses externos. Nisto apontam-se esforços de “racionalizar o desenvolvimen-

46 Ibidem. p. 69.

47 Ibidem. p. 120.

48 Ibidem. p. 95.

49 Ibidem. p. 93.

to”,⁵⁰ este último sendo concebido a partir de uma utilização da “melhor tecnologia disponível, objetivando uma exploração eficiente dos recursos, sem a costumeira depredação do meio ambiente e sua conseqüente poluição”.⁵¹ Dessa maneira se, conseguiria “[...] deslanchar, sustentar e consolidar o desenvolvimento”⁵² na Amazônia, compreendida como um *imperativo nacional*.

Ao analisar as políticas federais para a Amazônia e formular um modelo de seleção e avaliação de projetos para facilitar a tomada de decisões, “baseada em dados os mais objetivos possíveis”,⁵³ os autores compuseram uma monografia de especialização conforme as orientações do NAEA, a saber, análise e proposição para o desenvolvimento regional. A pergunta fundamental do trabalho é saber se “existe a necessária compatibilização entre as estratégias regionais e instrumentos de políticas estabelecidos pelo poder central e os objetivos regionais do desenvolvimento”.⁵⁴ Para tanto, os autores defendem a planificação como questão fundamental para a implantação dos projetos de desenvolvimento, sendo estes os mecanismos de implementação dos planos, que “não pode[m] separar-se do problema fundamental da planificação, ou ainda, da existência de uma política de desenvolvimento que atenda às necessidades reais – econômicas e sociais – da região e cujos objetivos, estratégias e mecanismos estejam solidamente integrados e compatíveis entre si”.⁵⁵

Avaliando alguns instrumentos governamentais que foram implementados para fomentar o desenvolvimento amazônico, os pesquisadores perceberam que as estratégias regionais adotadas não conduziriam a um *desenvolvimento autossustentado*, concluindo pela acentuação “do fenômeno da polarização em torno do Centro-Sul devido aos aumentos nos mecanismos de dependência e pela desintegração [inter-regional], como efeitos adversos de estratégia de integração física, econômica e cultural da região”,⁵⁶ fatores que precisariam ser “dominados progressivamente”.⁵⁷

Para os autores, “os efeitos que ficam retidos na região são os que dizem respeito ao emprego de mão de obra não qualificada local”.⁵⁸ Observando que o programa de colonização não surtiu os efeitos esperados, compreendem que “as estratégias estabelecidas o foram em função dos interesses centrais do Governo com relação à área, ou seja, ocupação dos espaços vazios com grandes potencialidades de recursos (fronteira de recursos ou periferia neutra)”, ocorrendo uma “inadequação do instrumento ao objetivo, o que em última instância, veio repercutir na ação dos mecanismos de implementação das políticas, ou seja, nos projetos”.⁵⁹

50 Ibidem. p. 108.

51 Ibidem. p. 113.

52 Idem.

53 TAVARES, Aladyrce, et al, op. cit. p. 1.

54 Ibidem. p. 2.

55 Idem.

56 Ibidem. p. 9.

57 Idem.

58 Ibidem. p. 32.

59 Ibidem. p. 10.

Tal discussão está presente em todo o texto, enfatizando a falta de análise da realidade amazônica face à realidade brasileira, ambas apartadas e subjugada, a primeira, pelos objetivos da Ditadura de crescimento do PIB, ao invés do desenvolvimento regional defendido pelos autores. Ademais, com a execução dos grandes projetos na Amazônia, o fenômeno verificado foi de uma deslocalização para outras regiões dos “efeitos positivos” das políticas, especialmente o crescimento das economias do centro-sul, ocorrendo uma submissão das aspirações regionais aos interesses nacionais – talvez este sendo o cerne de toda a monografia.

A Amazônia, nesse sentido, surge como um capítulo na história do desenvolvimento brasileiro, composto por inúmeros desajustes, resultantes do “próprio processo de planejamento a nível nacional, [...] sustentado por uma forte centralização de decisões e frágil integração política e administrativa dificultando a perfeita integração entre os problemas, necessidades e aspirações regionais e as grandes decisões políticas tomadas”.⁶⁰ A Amazônia seria vista como um problema brasileiro quando, para os autores, ela não seria “o problema brasileiro e sim faz parte do grande problema brasileiro, que é a luta pelo desenvolvimento”.⁶¹

Sugerem, mediante estas questões, a execução de uma política nacional de desenvolvimento regional, com efetiva participação das agências regionais de planejamento em todas as etapas, algo que apareceu também na primeira monografia analisada. Em contraposição, argumentam que a ação da SUDAM, como agência regional de planejamento na Amazônia, exerceu suas funções debilmente ao longo dos anos, criticando o despreparo dos técnicos e a descontinuidade de suas ações.

Os autores apontam uma série de erros referentes ao planejamento dos projetos, avaliando que os incentivos fiscais e política creditícia não encontram estrutura institucional capaz de avaliar a viabilidade financeira econômica e social dos projetos, num reforço ao argumento da carência técnica a partir de texto bastante crítico à operacionalidade da SUDAM. Exemplo disso seria a “impossibilidade de questionamento dos aspectos técnicos do projeto, que geralmente são aceitos com todas as possibilidades de erros e incertezas naturais, se considerarmos a falta de ‘know-how’ no próprio campo de elaboração dos projetos”.⁶²

A fim de corrigir este problema, os autores identificam que a Avaliação Social dos Projetos seria um valioso instrumento de política “capaz de reorientar o desenvolvimento e amenizar as incoerências existentes entre os objetivos perseguidos e as estratégias e instrumentos estabelecidos”.⁶³ Desse modo, poderiam consolidar a imagem idealizada por eles para a região, a saber, a de uma “sociedade sócio-economicamente [*sic*] desenvolvida e in-

60 Ibidem. p. 13.

61 Idem.

62 Ibidem. p. 41.

63 Ibidem. p. 44.

tegrada em todos os sentidos à sociedade nacional”.⁶⁴ Argumentam, portanto, que “não se pode conceber a existência de uma região isolada”, pois ela “só existe em função de sua integração com o resto do país”, não sendo recomendável “a prática de aconselhar projetos em forma isolada porque se perde a visão do todo”.⁶⁵

Este seria também um apelo à racionalidade, em oposição à pessoalidade. Para os autores, o saber técnico e exato seria uma contraposição às subjetividades, “ao fornecer elementos numéricos de comparação, fundamentará e facilitará a tomada de decisões dos órgãos de desenvolvimento”.⁶⁶ Além disso, para conciliar os objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento seria necessário efetivar uma “política nacional de desenvolvimento regional e social que busque o ajustamento harmônico das regiões e de sociedade no contexto nacional, através de uma real participação dos principais elementos interessados no processo”.⁶⁷

As teses analisadas, escritas em momentos distintos e mais recentes (2005 e 2011) também visitam questões como as abordadas anteriormente, contudo, o escrito de Sérgio Bacury de Lira apresenta uma preocupação em descrever seu argumento central a partir de fundamentação técnica, a saber, o de que há uma “importância e a necessidade da atuação do Estado na formação e reprodução do capital nesses espaços econômicos que lograram se desenvolver tardiamente”.⁶⁸ A tese de Danilo Fernandes, por sua vez, é composta por reflexão e descrição, com preocupação de apresentar dados históricos e sociológicos.⁶⁹

Na primeira tese encontramos uma proposta de intervenção na realidade, numa busca por apresentar a linearidade histórica que demonstre os insucessos da SUDAM, buscando entender o fim de um processo de planejamento estatal em relação a projetos de desenvolvimento. Em ambas as teses, de forma geral, são construídas perspectivas críticas em relação aos processos de desenvolvimento voltados para a Amazônia. Lira, de um lado, reforça uma compreensão que vê como necessária para o alcance do desenvolvimento a ação planejadora do Estado – e, neste sentido, tem o desenvolvimento como horizonte em sua narrativa.⁷⁰ Fernandes, por outro, apresenta uma perspectiva crítica no sentido de compreender a formação de um discurso regional-desenvolvimentista em suas bases de construção, pensando nos termos de uma ideologia – e este também tem o desenvolvimento em seu horizonte,⁷¹ se levarmos em consideração que ambos vivem em épocas em que o

64 Idem.

65 Ibidem. p. 49.

66 Ibidem. p. 64.

67 Ibidem. p. 47.

68 LIRA, Sérgio Roberto Bacury de, op. cit. p. 25.

69 FERNANDES, Danilo Araújo. A QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

70 LIRA, Sérgio Roberto Bacury de, op. cit.

71 FERNANDES, Danilo Araújo, op. cit.

desenvolvimento é considerado como necessidade para a transformação de realidades que precisam ser efetivadas, à luz dos argumentos já apresentados.

As discussões pelas quais os textos passam são semelhantes, com uma apresentação de quadros gerais de análise: a primeira, no campo da Economia Política; a segunda, no campo do Pensamento Social Brasileiro. Em relação à forma de apresentação dos argumentos, Sérgio Lira utiliza em diversos momentos afirmações categóricas, com o uso de palavras como *sempre* e *nunca*, como no trecho: “a intervenção do Estado na economia sempre se fez presente na história do capitalismo”.⁷² Seguindo a narrativa do autor, percebemos que há uma incorporação do desenvolvimento como horizonte, pensando os processos em estágios sucessivos que partem de um momento pior para um melhor – Lira apresenta a industrialização como solução para problemas de atraso socioeconômico. Contudo, também tece críticas sutis à forma como se encontravam os processos de desenvolvimento no período de escrita da tese, avaliando uma redefinição na condução dos processos. Para o autor, as “estratégias de desenvolvimento definidas globalmente pelas grandes corporações capitalistas subordinam não somente os estados nacionais enquanto nações como também os governos nacionais enquanto Estado na sua forma de regime político”.⁷³ As grandes corporações, nesse sentido, conduziram a globalização, tendo como resultado que “as políticas econômicas nacionais acabam se tornando uma segmentação da política econômica global e isto restringe a atuação e a forma de intervenção do Estado na economia nacional”.⁷⁴

No trecho seguinte apontamos uma possível associação entre planejamento e desenvolvimento:

Tendo sido concebido e construído com esse propósito, o planejamento tornou-se sinônimo de solução para se descortinar o desenvolvimento econômico e, por conta disso, transformou-se na panaceia dos que procuravam um instrumento capaz de soerguer as economias que se encontravam em atraso no seu desenvolvimento.⁷⁵

Percebemos que alguns termos remetem a uma incorporação do vocabulário desenvolvimentista, como “países considerados subdesenvolvidos”⁷⁶ e “regiões economicamente atrasadas”.⁷⁷ Contudo, ressaltamos que a tese contribui de muitas formas para uma compreensão ampla dos processos de desenvolvimento na Amazônia, bem como sua crítica. Vejamos, por exemplo, sua análise relativa ao processo de transformação do discurso desenvolvimentista pelo conceito de valorização econômica:

72 LIRA, Sérgio Roberto Bacury de, op. cit. p. 25.

73 Ibidem. p. 62.

74 Idem.

75 Ibidem. p. 66.

76 Ibidem. p. 67.

77 Ibidem. p. 68.

O conceito de valorização substituía o discurso do desenvolvimento, impondo uma outra lógica, a qual era necessária a concepção de uma outra estrutura socioeconômica para a Amazônia, mais moderna e adequada à realidade imposta pela acumulação capitalista vigente no país [...]. Em outras palavras, concebia a necessidade de integrar a região ao mercado nacional, mas como se fosse uma necessidade da própria região e não em decorrência da necessidade de expansão do mercado nacional que buscava a integração econômica da região.⁷⁸

Para o autor, a extinção da SUDAM e da política de incentivos fiscais foi uma extinção do padrão de desenvolvimento regional vigente, “sem que [o Estado] tivesse concebido de prontidão um novo estilo ou padrão de desenvolvimento para as regiões periféricas do país”.⁷⁹

A tese de Danilo Fernandes, ancorada na análise do discurso, apresenta uma discussão a respeito do desenvolvimento sustentável e suas possibilidades, de forma complementar à sua análise geral. Percebemos que ele argumenta a favor desta perspectiva, observável quando apresenta suas preocupações que levaram à elaboração da tese, relacionada aos rumos da questão ambiental global então vigente. Para o autor, um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia seria possível apenas com “a participação e conhecimento suficiente sobre o modo de funcionamento da sociedade e de suas instituições locais”,⁸⁰ o que deveria levar em conta um “conhecimento apurado sobre a forma como as elites locais se movimentam nesse jogo de disputas e interesses em escala global”.⁸¹

Ademais, sua tese parte de uma concepção de desenvolvimentismo como um projeto econômico de transformação da sociedade brasileira, fundamentando na construção de “*um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado*”.⁸² Para o autor, o cerne da ideologia desenvolvimentista ancora-se numa estratégia de desenvolvimento que se consolida nos anos 50 do século XX e que tem como fundamento central uma “crença em que a intervenção estatal e o planejamento econômico poderiam servir enquanto instrumentos eficazes com o objetivo de tirar o Brasil da condição de país subdesenvolvido em que se encontrava”.⁸³ Sua principal hipótese é de que uma avaliação das “formações históricas do ambiente institucional brasileiro em suas diferentes configurações espaciais e regionais” poderia apresentar novos contextos “em relação às tradicionais interpretações que têm alimentado as principais explicações para os motivos das disparidades de crescimento e dos desequilíbrios econômicos regionais no Brasil”.⁸⁴

78 Ibidem. p. 81.

79 Ibidem. p. 173.

80 FERNANDES, Danilo Araújo, op. cit., p. 17.

81 Idem.

82 Ibidem. p. 56 – grifos do autor.

83 Ibidem. p. 117.

84 Ibidem. p. 166.

Fernandes põe ênfase em compreender as regras do jogo, pois busca condições de possibilidade para a emergência de um discurso. Para ele, as iniciativas de pesquisa científica na Amazônia a partir da década de 1950 fizeram parte da política de valorização econômica da Amazônia, tendo pertencido a “uma estratégia nacional mais ampla, que visava alcançar objetivos muito maiores do que uma simples intervenção pontual em defesa de interesses regionais específicos”.⁸⁵

Considerações finais

Analisar a produção científica e acadêmica amazônica não é uma tarefa simples e passa, inicialmente, por recortes e limitações. Tratando do tema *desenvolvimento*, o trabalho amplia-se consideravelmente, pois pensar os rumos da Amazônia e as variadas possibilidades para a região tem sido uma tarefa atribuída a diversos agentes ao longo do tempo, não apenas acadêmicos. Nesse caminhar histórico, os agentes acionam saberes, interesses, disputas e sentidos que, em suma, estão condensados na tarefa antiga de modificar a realidade dita atrasada para algo melhor, ou desenvolvido.

Comumente nas ciências humanas pensamos a execução de políticas de desenvolvimento a partir dos governos e sua crítica e resistência a partir de grupos afetados pelos projetos. Contudo, o campo é mais complexo e vai além das dicotomias, pois o Estado não é um bloco monolítico e dele derivam inúmeras disposições, que precisam ser consideradas quando pensamos o desenvolvimento amazônico. A universidade, as instituições de pesquisa e financiamento e as agências governamentais fazem parte do Estado, estando imbricadas com as decisões governamentais e empresariais – estas, muitas vezes consideradas como instância desligada do Estado, comumente estão presentes neste, pois os agentes acadêmicos, governamentais e empresariais podem ser as mesmas pessoas, assumindo distintas identidades e acionando variados saberes nos campos onde transitam.

Nesse sentido, estudar uma parcela da produção de conhecimento acadêmico a respeito do desenvolvimento efetuada no NAEA é apenas um passo inicial para compreender os caminhos e traduções do desenvolvimento, especialmente o desejo por sua efetivação, ainda que seja misto de progresso e catástrofe e tenha se efetivado ao longo do tempo na Amazônia de formas avassaladoras para as populações. No imaginário contemporâneo, queremos ser desenvolvidos e notamos sua falta quando não encontramos seus efeitos relacionados à tecnologia e à obtenção de riquezas. Contudo, o que deixa-se de ser percebido é que sua efetividade é complexa e desigual, possibilitada por processos reais de convencimento e instauração de estruturas. Pensar o consenso desenvolvimentista, portanto, é compreender essa efetividade mascarada nos termos falta, carência, atraso e subdesenvolvimento.

85 Ibidem. p. 278.

Referências Bibliográficas

- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*, Trad. Diana Ochoa. Caracas, Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- ESTEVA, Gustavo, *Desenvolvimento*, Em *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FERNANDES, Danilo Araújo. *A QUESTÃO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA*. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *MORTE E RESSURREIÇÃO DA SUDAM: Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*. 2005. 253 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- MELO, Demian Bezerra de, “Ditadura ‘civil-militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”, em *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2012. pp. 39-53.
- MENDONÇA, Sonia Regina de, *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de, “Historiografia brasileira em questão: considerações sobre economia e política”, em *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, 2006. pp. 201-219.
- MOREIRA, Sílvia Maria Bitar de Lima, *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará*, Belém, NAEA, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá, *As universidades e o Regime Militar*, 2. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 15.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo, “Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de ‘modernidades’ alternativas”, Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 75, 2011. p. 149-193
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de, *Florestania: A saga acreana e o Governo da Floresta*, 2002. 273 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- SILVA, Antonio Walmir Fiock da; SERRA, Augusto Bento; VASCONCELOS FILHO, Francisco M.; TEIXEIRA, Lindalva da Costa; CHAGAS, Paulo Roberto da Costa; MARIM, Rosa Elizabeth Acevedo. *Modelos de Políticas para a Amazônia*. 1973. 158 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1973. p. V.
- SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985*, São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- TAVARES, Aladyrce; MAIA, Clóvis; COLARES, Maria Norma; DÁVALOS, Francisco. *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*. 1974. 135 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.